

TURISMO CULTURAL E COMUNIDADES: AÇÃO E RELAÇÃO EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA

Bac. Tamara Almeida¹

Bac. Leilane Borges²

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo³

Resumo:

As relações entre o turismo cultural e o turismo comunitário são discutidas a partir de pesquisa realizada no município de Vigia de Nazaré, no estado do Pará, caracterizado pela grande quantidade de aspectos culturais considerados patrimônio e com carência de políticas públicas para a preservação cultural. O turismo cultural e comunitário é introduzido na abordagem aos moradores, que destacam sua percepção sobre o tema e sobre as políticas de preservação do município e da possibilidade de desenvolvimento do turismo cultural com controle e operação pela própria comunidade.

Palavras-Chave: Turismo Cultural, Turismo Comunitário, Patrimônio Cultural, Cidades Amazônicas.

¹ Bacharel em Turismo, formada pela Universidade Federal do Pará.

² Bacharel em Turismo, formada pela Universidade Federal do Pará. Bolsista do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

³ Professor/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

TURISMO CULTURAL E COMUNIDADES: AÇÃO E RELAÇÃO EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA

Bac. Tamara Almeida⁴

Bac. Leilane Borges⁵

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo⁶

Abstract

The relationships between cultural tourism and communitarian tourism are discussed based on a survey carried out in Vigia de Nazaré, located in the state of Pará/Brazil. The town is well-known for its wide variety of cultural aspects considered to be part of the national heritage; however, it lacks public policies for cultural preservation. A tourism at the same time cultural and communitarian is introduced during the survey when approaching inhabitants, who expose their perception of the theme, of town preservation policies and the development of cultural tourism controlled and operated by the community itself.

Keywords: Cultural Tourism, Communitarian Tourism, Cultural Heritage, Amazonian Cities.

⁴ Bacharel em Turismo, formada pela Universidade Federal do Pará.

⁵ Bacharel em Turismo, formada pela Universidade Federal do Pará. Bolsista do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

⁶ Professor/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização, as pessoas das mais variadas classes sociais vêm sentindo, cada vez mais, a necessidade de fuga da rotina e busca de novas alternativas de lazer e descanso. Deste modo, o turismo passa a ganhar mais força como um elemento de significativa importância na vida das pessoas. Assim, surgem interesses que vão desde a contemplação da natureza até a busca por conhecer diferentes costumes, histórias, comidas, lugares.

A cultura e, por conseguinte, o patrimônio cultural transformou-se em “mercadoria turística” devido à percepção de que muitos turistas buscavam conhecer o que era representativo da cultura de cada lugar, além das obras e manifestações consideradas patrimônio e, portanto bem a ser protegido. Deste modo, as peculiaridades locais vêm, cada vez mais, sendo exploradas pela atividade turística por meio do Turismo Cultural.

As atividades de Turismo Cultural são responsáveis por promover um elo entre o passado e o presente, possibilitando que o turista tenha um maior contato com tradições locais e saberes únicos. Isso acontece porque esse tipo de turismo possibilita a vivência das pessoas com um cenário, uma realidade diferente da sua. Esse elo entre o passado e o presente concretiza-se no momento em que o interesse dos turistas deixa de ser a mera contemplação, passando a ser o desejo de conhecer a verdadeira identidade cultural do local visitado.

Lembrando que quando se fala em patrimônio cultural ou, como é posto por alguns autores, “legado cultural”, é importante esclarecer que este é composto não só pelo patrimônio arquitetônico, mas também pelos vários elementos simbólicos da cultura imaterial que

representam a memória das sociedades, ou seja, todos os elementos capazes de transparecer a identidade de um povo e diferenciá-lo de qualquer outro.

Neste contexto, a comunidade local possui um importante papel no desenvolvimento do Turismo Cultural, visto que é responsável pela transmissão dos valores culturais, assim como beneficiários de tudo o que a atividade pode proporcionar e os principais afetados pelos seus efeitos negativos.

Assim, surgem as discussões a respeito do turismo de base local ou comunitário e de todos os benefícios que ele pode proporcionar, principalmente quando trabalhado em consonância com o Turismo Cultural.

O turismo comunitário se define como uma estratégia para que a comunidade local possa participar ativamente do desenvolvimento da atividade, a partir de um processo participativo em todas as suas etapas, sendo assim um fator de atração de benefícios.

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo analisar os melhores caminhos para o desenvolvimento do Turismo Cultural no município de Vigia, no Estado do Pará, em consonância com a participação da comunidade local, além de identificar os recursos culturais existentes no município de Vigia considerados importantes para as atividades de turismo cultural; verificar como a comunidade local percebe as atividades de turismo cultural no município; e identificar as melhores formas de inserir ou aprofundar a participação da comunidade nas várias etapas do Turismo Cultural. Para isso, foi realizada pesquisa de campo com os moradores da cidade.

TURISMO CULTURAL E PATRIMÔNIO

O turismo com base no legado cultural é aquele que tem como principal atrativo o patrimônio cultural, segundo Barretto (2000). Assim, entendemos que o turismo cultural é

motivado pela busca de novos conhecimentos, pela curiosidade sobre as culturas e sobre as tradições e costumes de uma localidade, quando se faz um elo entre o passado e o presente, buscando compreender suas peculiaridades.

O turismo é constituído por um conjunto de serviços, que, no entanto, só existem em função de um atrativo. Conseqüentemente, os atrativos estão relacionados com a motivação, pois o turista procura conhecer sempre o que é diferente do seu cotidiano (KOTHER, 2001). Daí vem o interesse que as pessoas vão desenvolvendo em conhecer novas culturas (modos de vida, histórias e tradições).

Essa diferença está baseada nas especificidades culturais de qualquer ordem e, principalmente, a produção e os símbolos da cultura. Dentre esses símbolos, os que são considerados, dentre muitos outros, bens que representam uma cultura e que de alguma forma, merecem ser protegidos e divulgados como tal. Essa leitura está no cerne da idéia de patrimônio cultural, categoria que vem sendo discutida mundialmente há vários anos e que hoje ganha novas discussões a partir do conceito de patrimônio cultural imaterial. No Brasil, as discussões iniciam com os trabalhos de Mario de Andrade e posteriormente com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1937, e as relações entre a atividade turística e o patrimônio cultural ficaram então bastante estreitas. A partir do golpe de 1964, o poder público passa a intervir de forma mais enfática na cultura. O crescimento da importância dada pelo poder público ao patrimônio fundamentava-se no reconhecimento de seu valor cultural, mas, além disso, de sua potencialidade como mercadoria de consumo cultural. Com o encontro promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi assinado em 1967, pelos países participantes, inclusive o Brasil, a Carta de Quito, que recomendava a valorização do patrimônio incluso em planos de desenvolvimento nacional e que

fossem simultaneamente realizados com o equipamento turístico de regiões envolvidas (RODRIGUES, 2003). Após anos da assinatura da Carta de Quito, mais precisamente a partir de 1980, é que segmentos sociais e étnicos começam a assumir seus papéis de construtores da sociedade, da história e da cultura brasileiras (RODRIGUES, 2003).

É importante ressaltar que antes de patrimônios materiais, imateriais e naturais, terem função econômica – já que no turismo são utilizados desta forma – eles representam aspectos sociais e culturais de uma sociedade, e a sua preservação diz respeito aos contextos sociais e culturais no qual são produzidos e que produzem. Com isso, merecem atenção e cuidado para que não sejam significativamente descaracterizados com a inserção do turista em seu ambiente.

Para Rodhen (2001) é muito importante o papel do poder público local na preservação e proteção a esse patrimônio, evitando a perda para a comunidade, de um pouco de sua história, neste mundo globalizado, em que os riscos de massificação são tão grandes.

No Brasil, existem muitos municípios que apresentam um patrimônio cultural rico, considerados a partir da quantidade de bens simbólicos representativos, diversificados, e com potencial turístico, como é o caso de Vigia de Nazaré no Estado do Pará. A cidade de Vigia é repleta de bens culturais, que contam a história e costumes de seu povo. Segundo Rodhen (2001) é bom tanto para a comunidade quanto para o município, que se busquem formas de tornar seu patrimônio em fonte de renda. Para o autor, a principal forma de se tratar estes patrimônios como fonte de renda seria transformá-los em atrativos aos turistas, sendo que esse turismo cultural teria que se desenvolver com sustentabilidade, através da criação de um elo entre preservação e turismo.

Segundo ainda Rodhen (2001) na criação de um projeto de execução de turismo cultural, duas coisas são importantes: a valorização e a promoção do patrimônio cultural “autêntico”, feito através da preservação de suas origens. Para o autor o turismo cultural difere claramente do turismo em geral, principalmente a partir de diferentes desafios, como:

- Equilíbrio entre preservação e proteção juntamente à promoção;
- Resguardar a autenticidade ao invés de fazer concessões para construções incompatíveis;
- E entender o que os moradores querem compartilhar e quais os “lugares especiais” que eles querem manter reservados, somente para o desfrute local.

A atividade turística é realizada através de um conjunto de serviços (sinalização turística, hospedagem, alimentação, telecomunicações, estradas, segurança etc) que juntamente com os atrativos, compõem o cenário para a recepção do turista, pois a eles devem ser oferecidos serviços e produtos de qualidade.

O patrimônio cultural de uma localidade é um elemento de afirmação das singularidades locais e as atividades de turismo cultural podem ser importante elemento de promoção e reafirmação da identidade cultural da população local, além de ser um fator de incentivo da preservação e valorização dos bens culturais e tradições.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 1990 apud BANDUCCI e BARRETO, 2001, p.43).

No entanto, é importante ser dito que o turismo cultural pode apresentar duas faces distintas: um turismo massificado, que explora, por vezes degrada e preocupa-se, sobretudo, com

os aspectos financeiros; e um turismo mais responsável, que respeita as culturas locais e minimiza os impactos ambientais e sociais, além de proporcionar benefícios econômicos e promover a conscientização da população acerca da preservação e valorização do patrimônio cultural, levando assim, benefícios sócio-econômicos para as comunidades receptoras. É possível então promover desenvolvimento sustentável através do Turismo Cultural.

O turismo é, em tese, um fenômeno social e também uma atividade econômica que, quando bem planejada, pode ser geradora de benefícios sociais, culturais e econômicos para determinada localidade. Estes benefícios irão atingir diretamente a comunidade local, assim como os possíveis efeitos prejudiciais que a prática de uma atividade mal planejada pode proporcionar, como a perda da identidade cultural local, depredação de bens patrimoniais, degradação do meio ambiente etc. Nessa perspectiva, surge a proposta da prática do Turismo Comunitário ou de Base Local, como um fator de inclusão social, desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida da população.

Turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida; levar todos a se sentirem capazes de contribuir e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo (CORIOLANO, 2007, p. 5).

Portanto, este processo necessita do envolvimento direto ou indireto de todas as pessoas da comunidade, que participarão das tomadas de decisões e da execução de atividades que irão lhes proporcionar a melhoria de sua qualidade de vida. Há, portanto, a sensibilização da comunidade no que tange a seus direitos e deveres, onde cada indivíduo decide participar ou não de todo este processo.

Assim, quando alguém decide participar, mobiliza sua vontade para agir em direção àquilo que definiu como objetivo e passa a se sentir responsável. Quando essa

compreensão é coletiva, mobiliza grupos sociais capazes de mudar a realidade (CORIOLANO, 2007, p. 5)

É nesta perspectiva que se observa o desenvolvimento social, com a inclusão da comunidade que irá ser beneficiária de todos os fatores positivos gerados pela atividade turística, sejam eles econômicos, através da geração de emprego e renda, bem como do aumento da receita municipal que poderá ser revertida em melhorias para vários setores (saúde, educação, saneamento etc.); sociais, que lhes proporcionarão a vivência, a troca de relações com pessoas dos mais diferentes lugares, aumento da auto-estima dos indivíduos, que se sentirão valorizados quando inseridos no contexto social o que, por conseguinte, poderá lhes despertar o interesse em defender e valorizar sua cultura e, por fim, culturais, caracterizados pelo fortalecimento da identidade cultural, coletiva e/ou individualmente, assim como a consciência da necessidade de sua preservação.

O desenvolvimento local está embasado na busca pela equidade social, pela qualidade de vida da população, bem como na preservação dos recursos naturais e culturais e na igual distribuição das riquezas geradas. Todos estes elementos estão inseridos nos objetivos e conseqüências da prática do Turismo Comunitário, comprovando a eficácia deste como um fator favorável ao desenvolvimento local.

Contudo, vale ressaltar que a atividade turística não é responsável por gerar melhorias apenas na qualidade de vida da comunidade receptora. De acordo com Coriolano (2007), a qualidade de vida humana passa pelo trabalho, mas também pelo lazer e entretenimento, que certamente também proporcionam melhoria na qualidade de vida dos turistas.

Podemos perceber então, que “o turismo com base no desenvolvimento local constitui-se como um instrumento de manutenção da identidade sócio-cultural das comunidades receptoras,

além de estabelecer um intercâmbio de relações e informações entre visitantes e visitados” (OLIVEIRA, 2006, p.7).

Deste modo, a cultura apresenta importante significado para o pleno desenvolvimento do Turismo Comunitário e ambos, trabalhados em consonância, podem ser alavancadores do desenvolvimento local e, principalmente, fatores motivadores do resgate e da manutenção do legado cultural de um povo.

Por fim, é importante salientar que o Turismo Comunitário, quando trabalhado em consonância com o Turismo Cultural deve ser responsável por um importante feito: divulgar a cultura de uma localidade como ela realmente é. Como nas palavras de Daros (2001), é necessário mostrar ao turista identidade, pois “o turismo quer identidade”, mostrar as riquezas e também os aspectos mais simples da cultura, pois “a riqueza está na simplicidade”.

É apenas, ir em frente sem devassar a dignidade do passado. É apenas, ser cidadão, respeitando a cidadania de todos e especialmente, dos que construíram a sua. É avançar no tempo, com todos os tempos na bagagem... É ter consciência da importância dos atrativos do tempo, no turismo do futuro (DAROS, 2001, p.53).

IDENTIDADE E PATRIMÔNIO EM VIGIA DE NAZARÉ

O município de Vigia de Nazaré está localizado a 96 km de Belém, estado do Pará. A região é banhada pelo rio Guajará-Mirim, ou Furo da Laura, que possui 20 km de extensão e é totalmente navegável. Além do Guajará-Mirim existem vários outros rios, como o Guarimã; o Caraitateua; o Açaí e o Barreta, que deságua no Atlântico, dentre outros, além de vários igarapés. O município foi cenário de importantes acontecimentos que marcaram a história e a formação de sua sociedade. A presença dos primeiros habitantes da região, os índios Tupinambás, bem como dos portugueses, seus fundadores e colonizadores, foi essencial não só para a formação de sua

sociedade, mas também para a formação de seu patrimônio cultural, material e imaterial, de sua herança cultural.

Por sua localização estratégica, ainda no século XVII o município funcionava como entreposto comercial entre Belém e São Luís, no Maranhão. O governo português instalou, então, um posto de vigilância às margens do rio Guajará-Mirim visando “proteger a navegação contra os assaltos dos índios e ao mesmo tempo [...] prevenir contrabandos, determinando que as embarcações costeiras empregadas no comércio entre o Maranhão e Pará, fossem todas lá registrar” (RAIOL, 1970 apud ILDONE, 1991, p.13), e por causa de uma guarita com um vigia que ali ficava a cidade ganhou seu nome.

O passado histórico do município de Vigia de Nazaré lhe proporcionou a formação de significativa herança cultural. São festas religiosas, bandas musicais tradicionais, grupos folclóricos, artesanato, enfim, uma gama de bens culturais que refletem as origens de seu povo. O catolicismo é a principal religião praticada no município, sendo adotado por 86,60% dos moradores (SEPOF, 2007). A festividade de Nossa Senhora de Nazaré (Círio de Nazaré), é a festa mais antiga do município, tradição trazida pelos europeus e adotada e transformada pelos vigienses. Outras festividades católicas tradicionais no município também são influências trazidas pelos europeus na época da colonização e refletem o passado histórico e a formação de sua sociedade.

A pesca, além de ser um modo de sobrevivência da comunidade local, uma atividade econômica de subsistência e comum em muitos municípios do estado e do país, representa a sobrevivência de um ofício transmitido de geração a geração, ensinado e aprendido com seriedade. A pesca em Vigia de Nazaré é rodeada de processos e símbolos que refletem as

características das pessoas que convivem com essa atividade. Ela envolve relações sociais e de trabalho, técnicas, instrumentos, natureza etc., representando o modo de ser, de falar, de pensar, de comer, de sentir, de viver, muito diferente do das pessoas de fora de seu convívio.

A pesca ajudou a formar a tradição de que Vigia de Nazaré é o município da Gurijuba, pelo fato desse pescado ser encontrado em abundância nos rios da região e muito degustado por seus moradores. É também por este fato que os vigienses são conhecidos pelos moradores de regiões vizinhas como “Pelhudos”. Esta “característica” estimulou inclusive, a criação do Festival da Gurijuba, realizado todos os anos e já tradicional no calendário de eventos de Vigia de Nazaré.

Algumas manifestações bastante comuns no município, apesar de não possuírem origem européia, também sofreram algumas influências, como os cordões de pássaros, o carimbó e bois-bumbás.

Existem vários grupos folclóricos tradicionais em Vigia de Nazaré, mas há também os grupos de Boi, os quais Loureiro et al (1987, p. 62 e 63) caracteriza como Boi Tinga e Boi Bumbá. Os autores descrevem o Boi Tinga como sendo uma modalidade de Bumba Meu Boi e explicando que “trata-se de um Boi de Máscaras, cujas evoluções mantêm as características da folia e um pitoresco sabor carnavalesco”, ou seja, os brincantes se divertem ao som de variados estilos, todos mascarados sem, contudo, haver um drama desenvolvido.

Já o Boi Bumbá “é um boi com enredo. Um boi de ‘comédia’ (...) este desenvolve dramaticamente a perseguição, captura, morte e ressurreição do boi” (LOUREIRO et al, 1987, p.63). Dentre esses grupos de Bois Bumbás em Vigia, o que mais se destaca é o Boi Tira-Fama. No município também existem muitas lendas e mitos.

As manifestações folclóricas ainda são muito fortes no município. Elas estão carregadas de simbolismos que mostram outro lado da realidade local, formado pelo imaginário das camadas mais pobres da sociedade. Contudo, não só os portugueses introduziram costumes que se tornaram típicos da cultura vigiense. Os primeiros habitantes da região, os índios, também foram responsáveis pela introdução de características que são fortes na região, como a pajelança.

Não obstante, fatos políticos também ajudaram a preencher o leque de características culturais marcantes do município, o mais importante foi a Cabanagem. Durante os anos de 1835 a 1840, os moradores de cabanas nas margens dos rios, no estado do Pará, tomaram o poder e conseguiram administrar o estado a partir de líderes como Batista Campos, Antônio Vinagre e Eduardo Angelim, dentre outros. O movimento da cabanagem foi marcante para Vigia de Nazaré, que ainda hoje carrega as marcas deixadas por ele, seja no imaginário de seu povo ou nos vários cantos da cidade que serviram de cenário e são citados nos livros que relembram o único movimento político no Brasil em que os menos favorecidos, de fato, tomaram o poder.

A partir da realização da pesquisa entre os moradores de Vigia, foi possível identificar o que eles consideram patrimônio e o que pode ser mostrado ao visitante, no caso do desenvolvimento do Turismo Cultural. Boa parte dos moradores considera a Cabanagem como um dos aspectos que mais representam a cultura vigiense e que sua história, bem como os locais que serviram de cenário para este acontecimento, deve integrar a lista daquilo que deve ser mostrado aos turistas que visitam o município.

Os fatos históricos ocorridos em Vigia de Nazaré também lhe renderam um importante patrimônio arquitetônico. A cidade possui inúmeras edificações erguidas a partir do século

XVIII, dentre elas igrejas, casas e construções que, de início, tiveram outras utilidades, mas acabaram se transformando em marcos da história vigiense.

Podemos citar, então, a Igreja Madre de Deus ou Igreja Matriz, que foi a primeira igreja erguida pelos jesuítas em 1732; a Igreja de Pedra ou Capela de Bom Jesus, obra iniciada pelos frades Carmelitas (LOBO, 2007, p.20); o Trem de Guerra, cenário dos motins da Cabanagem em Vigia de Nazaré; o Museu Municipal, onde funcionava o grupo escolar Barão de Guajará; o Poço dos Jesuítas; a Sociedade Literária e Beneficente “5 de Agosto”, berço dos muitos intelectuais saídos de Vigia; além de muitas casas que serviram como residência e/ou comércio, que preservam até hoje as mesmas características da época em que foram construídas. Dentre estes monumentos encontra-se um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que é a quem cabe a defesa e tombamento do patrimônio quando este for de interesse nacional. A Igreja da Madre de Deus foi tombada em 14 de dezembro de 1954, e está inscrita no Livro de Belas Artes, folha 80, nº 424.



Foto 01 – Igreja de Pedra

Fonte: Almeida (2007)

Na pesquisa, os monumentos existentes em Vigia de Nazaré foram citados por todas as pessoas pesquisadas como sendo representantes da cultura vigiense, por serem considerados bens patrimoniais (na concepção dos moradores locais) e que devem ser mostrados aos visitantes. Estes monumentos têm o poder de fazer voltar ao tempo, conhecer um pouco mais do passado e fazer vivificar em cada um, vigiense ou não, toda a importância cultural e histórica deste município.



Foto 02 – Poço dos Jesuítas

Fonte: Almeida (2007).

A música também é importante elemento no cenário cultural de Vigia de Nazaré. A primeira banda musical formada no município foi a 31 de Agosto, fundada em 1876. Além da 31 de Agosto, há também a banda musical União Vigieense, fundada em 1916, por ex-integrantes da 31 de Agosto e a banda 25 de Dezembro, de 1925, que é do distrito de Porto Salvo. As bandas musicais de Vigia de Nazaré apresentam-se em eventos como o aniversário da cidade, carnaval, festas juninas, festividades religiosas, e em outros municípios sempre que são convidadas. Segundo Frank Raiol, presidente da banda União Vigieense, esta é atualmente “referência nacional por cumprir com sua função social, trabalhando com jovens da comunidade local, inclusive das periferias, que muitas vezes se encontram em situações de risco, sendo a banda um fator motivante para que estes jovens mudem sua consciência, buscando melhores caminhos em suas vidas”. Essas bandas foram consideradas na pesquisa como representantes da cultura vigieense e como um dos aspectos da cultura local que devem ser mostrados às pessoas interessadas em conhecer essa cultura.

Além das bandas musicais, quando se fala em Vigia de Nazaré, mais especificamente da cultura vigieense, é muito provável que se pense logo no carnaval e toda sua tradição no município. Para Cordeiro (2007), a tradição carnavalesca iniciou no futebol, a partir da rivalidade entre clubes da cidade, e se estenderam a blocos e escolas de samba. Muitos blocos foram organizados desde 1932: Os Cadetes, Bola Vermelha, Faz Raiva, Marujos em Terra, Bloco do Amor, Marujos em Xangai, Os Mascarados, dentre muitos outros que surgiram depois. Assim, todos os anos não podiam deixar de existir desfiles, bailes, concursos e muita festa nos dias de carnaval na Vigia, sendo que a marca registrada do carnaval no município eram os blocos de rua que, em certa época, estiveram enfraquecidos pelo surgimento do carnaval de salão. Porém, “o carnaval de rua nunca deixou de existir, mesmo com o carnaval de salão. Sempre houve alguém

sozinho ou em grupos, fantasiado de mascarados e brincando o carnaval de Vigia” (CORDEIRO, 2007, p.49).

Ainda de acordo com Cordeiro (2008), desde o início da década de 1940, os homens vigienses vestiam-se de mulher para brincar o carnaval nas ruas da cidade, porém sempre com mascararas nos rostos para não serem identificados, o que foi se modificando com o passar do tempo. “Essas mudanças estéticas demonstram a multiplicidade de significados que o carnaval assume [...], bem como a dinamicidade de sua história e de suas mudanças.” (CORDEIRO, 2008, p. 30). Deste modo, são formados os blocos “As Vigienses”, e “Os Cabrassurdos”, “composto só de mulheres, vestidas com roupas de homens, em referência ao bloco ‘As Vigienses’” e são os blocos de rua mais conhecidos do carnaval da Vigia - mantêm sua tradição até hoje - e atualmente responsáveis pela ida de milhares de pessoas ao município nesta época do ano.

PATRIMÔNIO CULTURAL NA ELABORAÇÃO DE PRODUTOS DE TURISMO CULTURAL COMUNITÁRIO

Muitos dos aspectos de uma cultura local podem ser trabalhados no contexto do Turismo Cultural. Na pesquisa, ficou constatado a identificação de vários bens e aspectos como representantes do patrimônio cultural local, tendo sido as construções históricas citadas por 100% dos participantes como representantes da cultura vigiense. Neste mesmo questionamento foram ainda citadas a música (40%), a literatura (20%), o carnaval (20%), o movimento da Cabanagem (20%) e a pesca (40%). De acordo com a percepção dos moradores locais, os interesses daqueles que visitam o município variam muito, de acordo com a época do ano. Assim, conforme relato dos vigienses entrevistados, aqueles que visitam o município em períodos de festividades religiosas (Círio, Nossa Senhora das Neves, etc.) estão em busca de “sossego e paz de espírito”;

já aqueles que visitam o município na época do carnaval estão interessados em “folia e diversão”. Além disso, há pessoas que visitam Vigia de Nazaré nas outras épocas do ano interessadas em conhecer a história e o cotidiano do lugar.

A maior parte dos vigienses encara a atividade turística como sendo benéfica para a região – principalmente pelos benefícios econômicos que pode gerar – e anseiam pelo crescimento das atividades de Turismo Cultural, como um fator de divulgação e valorização do patrimônio cultural local. Contudo, aqueles que participaram da pesquisa concordam que a atividade de Turismo Cultural ainda é pouco “explorada” na região, sendo intensa apenas no período do carnaval e necessitando de mais apoio governamental e privado no que diz respeito à infraestrutura básica e turística e divulgação dos aspectos culturais do município. No entanto, o município ainda não possui infraestrutura turística e de apoio adequadas para atender às necessidades dos visitantes. Muitas coisas necessitam ser construídas e melhoradas para que a atividade turística se desenvolva de maneira satisfatória.

O interesse dos entrevistados em aumentar as ações do turismo na região nos leva a crer que a união entre Turismo Cultural e Turismo Comunitário contribuiria para proporcionar-lhes desenvolvimento social e econômico, além de valorizar ainda mais a cultura local, com todos os benefícios possíveis, já citados anteriormente, hipótese investigada na segunda etapa da pesquisa, sobre as cadeias produtivas e capital social em Vigia.

O incentivo governamental, em todas as esferas, é essencial para que a atividade turística se desenvolva plenamente. No caso de Vigia de Nazaré, não há políticas públicas de incentivo ao turismo, e nem à preservação do patrimônio cultural local e de apoio à cultura em geral, principalmente em nível municipal. De acordo com Dias (2003, p.122 e 123), a política de

turismo trata de assuntos diversos, tais como o desenvolvimento sócio-econômico local; financiamentos do setor turístico; taxações; acesso e infra-estrutura de transporte; marketing etc., ou seja, há um grande leque de opções de áreas que devem ser trabalhadas para que haja o fomento da atividade turística em determinada localidade. Vigia de Nazaré necessita urgentemente de ações que visem criar uma infra-estrutura turística adequada e eficiente, com a implantação de sinalização turística, postos de informações e incentivo à criação de mais hotéis e restaurantes, que são essenciais para o melhor atendimento das necessidades dos turistas.

O fato de a comunidade reconhecer-se como membro de um grupo e sentir-se responsável por seu patrimônio cultural é um passo importante para despertar nela o desejo de cuidar e protegê-lo. A realidade do patrimônio cultural (principalmente arquitetônico) vigiense, infelizmente, não é boa. A maioria dos prédios históricos, alguns ainda do século XVIII, está em péssimo estado de conservação, sendo possível perceber infiltrações, paredes rachadas, telhados quebrados e até mesmo a descaracterização de alguns prédios e peças sacras devido à falta de orientação de profissionais especializados nas tentativas de restauração.

Nota-se a ausência da população de Vigia de Nazaré das discussões e da operação das atividades de Turismo Cultural e Comunitário desenvolvidas no município, mesmo incipientes. Para que se aumente essa participação e que a operação seja principalmente de origem comunitária, é necessário que ela tenha o mínimo de qualificação, de modo que possa atender bem os visitantes, passando a eles informações corretas e precisas sobre aspectos patrimoniais e sócio-econômicos do local e realizando a recepção de modo sustentável.

A inserção da comunidade nas atividades de Turismo Cultural não pode se dar de forma aleatória ou displicente. É importante que a comunidade se organize, para que as ações realizadas

sejam decididas de acordo com as necessidades e desejos de cada um. Em Vigia de Nazaré o capital social se apresenta de forma sólida, com possibilidades de ampliação desse capital, no entanto, as associações de pescadores e artesãos não trabalham de forma organizada com a interface turismo. As associações de moradores também são ferramentas importantes para que a comunidade trabalhe junto, em busca de um objetivo comum, exercendo deste modo, sua cidadania e buscando a melhoria de sua qualidade de vida, pondo em prática assim, alguns dos princípios do Turismo Comunitário.

A preservação dos bens culturais do município deve ser uma atividade integrada entre poder público e a comunidade. Para preservar é preciso conhecer o mundo em que se está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação comunitária em diversas atividades econômicas impactantes e exógenas ao local se faz presente sob variadas formas. No turismo cultural, a ausência dessa participação é observada com muito cuidado, haja vista a possibilidade de modificação dos interesses da cultura, que passa a depender da atividade turística, invertendo prioridades (FIGUEIREDO, 1999 e 2005). A participação comunitária pode ser entendida pela participação nas decisões sobre a exploração econômica de sua cultura, até a possibilidade dela mesma “explora-la”, decidindo, julgando as melhores formas, e elaborando produtos e mercadorias turísticas. Até mesmo, operando roteiros. Assim, o cerne do conceito de turismo comunitário estará presente.

Da mesma forma, para que uma comunidade possa desempenhar essas novas funções, que são diferentes da lógica de seu cotidiano, no caso de Vigia de Nazaré ligado à pesca, a pequena agricultura (mandioca) e ao artesanato, é necessário que seu capital social tenha atingido nível

que possibilite a melhor organização, nas associações ligadas às atividades tradicionais e mesmo, naquelas ligadas exclusivamente ao turismo, situação cada vez mais freqüente em cidades da Amazônia e pequenas comunidades.

Em Vigia de Nazaré, fica a expectativa do desenvolvimento do turismo cultural, com a criação de políticas públicas de preservação do patrimônio coordenadas com a participação comunitária, o controle da operação do turismo pelos comunitários e o desenvolvimento do capital social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Turismo)

BARRETO, Margaritta. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

CORDEIRO, Paulo. **Memórias dos carnavais de Vigia (1932 a 1970)**. Vigia de Nazaré, Pa, 2007.

CORDEIRO, Paulo. **Carnavais de Vigia: das escolas de samba às micaretas**. Vigia de Nazaré, Pa: 2008.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menêzes T. **O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o Turismo Comunitário**. 2007.

<http://www.naya.org.ar/turismo/congresso2003/ponencias/luiza_neide_coriolano.htm>
Acessado em: 16 jan. 2008.

DAROS, Marília. **Turismo com cidadania, turismo com cultura**. In: GONÇALVES, Ana Beatriz R., BOFF, Claudete (org.). Turismo e cultura: a história e os atrativos regionais. Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: Política de desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FIGUEIREDO, Silvio Lima, TAVARES, Auda Piani. **Mestres da Cultura**. Belém: Edufpa, 2005.

ILDONE, José. **Noções de História da Vigia**. [S. l.]: Cultural CEJUP, 1991.

IPHAN. <www.iphan.gov.br> Acessado em: 19 jan. 2008.

KOTHER, Beatriz. **Patrimônio Histórico e Turismo**. In: Turismo e Cultura. A história e os atrativos regionais. Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001. pp.105-110.

LOBO, Jorge Raul B. **Vigialma Nossa**: história, cultura e turismo. Vigia de Nazaré, 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky et al. **Inventário cultural e turístico do Salgado**. Belém: IDESP : SECULT, 1987.

OLIVEIRA, Analize Martins de. **Ensaio teórico**: o significado da cultura para o turismo com base local. Caderno Virtual de Turismo, vol.6, nº4, 2006.

<<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=142>> Acessado em: 10 jan. 2008.

RODHEN, Luiz Fernando. **Patrimônio Histórico como potencialidade para o turismo**. In: Turismo e Cultura. A história e os atrativos regionais. Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001, p.111-114.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir**: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (org.). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2003.

SECRETARIA Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF). **Estatística Municipal/Vigia**- 2007.